

# Amatra

Associação dos Magistrados da  
Justiça do Trabalho da 5ª Região - BA



## Justiça do Trabalho em Camaçari tem grande demanda de processos

Muito trabalho e processos com alta complexidade. Esta é a rotina dos juízes que atuam nas quatro Varas do Trabalho sediadas em Camaçari, que atendem, além do próprio município, as cidades de Dias D'Ávila e Mata de São João. Na opinião do juiz auxiliar da 4ª Vara, José Arnaldo Oliveira, Camaçari já teria a necessidade de comportar uma 5ª Vara do Trabalho. "A falta de uma estrutura física que seja compatível com a nossa demanda, obviamente, dificulta os nossos trabalhos", aponta o juiz.

A juíza titular da 1ª Vara, Giselli Gordiano, detalha que, para cada Vara do Trabalho de Camaçari, foram distribuídas, em média, 1.330 ações no ano de 2010, número superior ao da capital do Estado. "Na verdade, Camaçari, além de receber, por juízo, maior número de processos que Salvador, tem demandas com grau de complexidade e com diversidade de matéria comparável às da capital baiana, situação agravada pelo fato de possuir índice de conciliação inferior".



Amatra 5 e OIT  
vão atuar no  
semiárido baiano

3

Entrevista com o juiz  
aposentado Gorgônio  
José de Araújo Neto

4

Desembargador diz que o  
poder do Magistrado deve ser  
destinado ao cidadão

11



❖ Viviane Leite



A matéria principal mostra o trabalho silencioso e competente dos magistrados que compõem as quatro varas do Trabalho em Camaçari

# Magistrados vão ao Supremo pedir valorização da carreira

## EDITORIAL



A atual diretoria da Amatra5 fecha esse ciclo de trabalho entregando um novo informativo com um projeto gráfico mais moderno, de fácil leitura, mas que mantém a preocupação de levar para o leitor informações atualizadas sobre os principais assuntos de interesse dos magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região.

A matéria principal mostra o trabalho silencioso e competente dos magistrados que compõem as quatro varas do Trabalho em Camaçari para dar conta de tantos processos complexos envolvendo as empresas do polo industrial e dos hotéis da região. A reportagem traz informações pouco conhecidas do público. Por exemplo, Camaçari, nos últimos dois anos, teve um volume de processos, por Vara, maior do que Salvador. Na 2ª Vara, por exemplo, em 2009, foram 1.531 processos na Jurisdição de Camaçari, enquanto em Salvador foram 1.265 processos, excluindo as Cartas Precatórias.

Continuamos ouvindo e aprendendo com a experiência dos magistrados que já se aposentaram. O entrevistado deste mês é Gorgônio José de Araújo Neto, que continua na ativa lecionando em uma universidade. Um exemplo a ser seguido, pois ele permanece se atualizando e buscando novos conhecimentos.

A publicação traz ainda formações relevantes sobre as deliberações referentes à Resolução 63 e sobre a possibilidade de ampliação do programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) para a região do semiárido baiano.

**Boa leitura!**



Os magistrados estão com um projeto de reajuste dos subsídios (PL 7749/2010) para ser votado no Congresso Nacional. Para reforçar essa questão, a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União protocolaram, no início deste ano, ofício ao ministro Cezar Peluzo, presidente do Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça. O documento destaca, por exemplo, que nos últimos cinco anos os subsídios dos membros do poder judiciário da União receberam apenas duas pequenas correções, por força da Lei nº 12.041/2009, e que sequer repuseram as perdas inflacionárias do período.

Segundo ainda o ofício, diferentemente de qualquer outra categoria profissional, seja do serviço público ou privado, nem mesmo a reposição das perdas inflacionárias tem sido assegurada aos subsídios dos Magistrados. Somente o projeto de lei 7749/2010 aponta uma perda de 14,79%.

O documento enfatiza que o diagnóstico traçado merece uma profunda reflexão institucional “e a adoção de medidas e ações que sejam eficazes no processo de construção de uma política remuneratória que assegure não somente a dignidade dos subsídios pagos aos membros do Judiciário, mas também restaure a valorização da carreira”.

Os magistrados pedem que “o Poder Judiciário, e em especial Vossa Excelência, na qualidade de Chefe desse Poder, busque fixar, junto aos demais poderes da República, as condições políticas para a aprovação do PL 7749/2010”.

Ao final, solicita a instalação de um Grupo de Trabalho para aprofundar os estudos sobre o diagnóstico para o atual cenário remuneratório da Magistratura da União, de modo que o Grupo possa apresentar ao Supremo Tribunal Federal propostas de atuação institucional sobre o tema, para resolução na esfera administrativa ou legislativa.



## Assembleia na Amatra 5 discute Resolução 63

*Foi autorizada a interposição de Pedido de Providência junto ao CSJT, caso as normas não sejam implantadas por parte da administração do TRT 5*

Em Assembleia realizada na Amatra 5, dia 25 de fevereiro, os associados discutiram a implantação da Resolução nº 63. Por decisão dos participantes, ficou autorizada a interposição de Pedido de Providência junto ao CSJT (Conselho Superior da Justiça do Trabalho), em caso da não implantação das normas da Resolução por parte da administração do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Conforme a deliberação, a interposição da medida será analisada pela Diretoria da Amatra 5, após 60 dias.

A presidente da Amatra 5, juíza Viviane Leite, conduziu os trabalhos da Assembleia e ressaltou a importância de se discutir o tema. “A Resolução 63 traz normas para melhorar as condições de trabalho dos magistrados e, por consequência uma melhor prestação jurisdicional. Então, mais do que a implantação, chegou a hora de se viabilizar o cumprimento das normas”, afirmou a presidente.

Os juízes deliberaram que irão apoiar integralmente a administração do TRT 5, procurando corrigir os problemas pontuais que possam vir a surgir. A presidente ainda acrescentou que a Amatra 5 não deve ter uma visão individual, mas, sim, pensar no coletivo. “Acreditamos que o sistema é benéfico para todos e, por isso, estamos defendendo”, destacou.

A Resolução nº 63, do CSJT, tem como finalidade padronizar a estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. De acordo com a presidente Viviane Leite, com a padronização, todas as Varas do Trabalho e Gabinetes de Desembargadores que recebem o mesmo número de processos por ano terão as mesmas condições de trabalho, no que

diz respeito ao número de servidores e de gratificações.

“Dessa forma, todas as Varas trabalharão nas mesmas condições, razão pela qual a sua implantação é de interesse tanto da magistratura de primeiro

quanto de segundo grau, e por isso defendida pela Amatra 5”, diz a juíza Viviane Leite.

A Assembleia contou com a participação da Corregedora do TRT, Desembargadora Vânia Chaves. Ela colocou-se à disposição para apoiar no que for necessário, dentro do seu

papel na Corregedoria e como juíza associada da Amatra. Na ocasião, a Desembargadora afirmou que o trabalho dos juízes e dos servidores precisa ser reconhecido e falou ainda do papel do magistrado. “O juiz não pode apenas saber Direito. Precisa ter sensibilidade para exercer a sua profissão”, disse.

**Dessa forma,  
todas as Varas  
trabalharão  
nas mesmas  
condições**



“Identificamos  
15 mil  
crianças em  
situação  
de risco no  
semiárido”

## Amatra 5 e OIT preparam atuação no semiárido baiano

*Região apresenta índices preocupantes de  
exploração do trabalho infantil*

A Bahia aplica  
o programa em  
dois municípios  
diferentes. Além  
de Itapetinga,  
Salvador  
recebe ações  
do TJC.

Os baixos índices de desenvolvimento humano do semiárido baiano fizeram a OIT (Organização Internacional do Trabalho) buscar uma parceria junto à Amatra 5 (Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região) para desenvolver ações focadas no combate ao trabalho infantil. Para discutir os caminhos dessa parceria, representantes da OIT participaram de uma reunião na sede da Amatra 5, em Salvador, dia 11 de fevereiro.

A base para a parceria será o programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), desenvolvido pela Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça). O programa tem por objetivo apresentar noções básicas de diversos temas ligados ao Direito nas escolas públicas de diversos Estados e Municípios do País. Na Bahia, o programa é executado pela Amatra 5, tendo à frente a juíza titular da Vara de Itapetinga, Rosemeire Fernandes, que integra a Comissão Nacional do TJC.



Rosemeire, que participou da reunião, explicou que o encontro com os representantes da OIT foi o ponto de partida para uma parceria fundamental na busca da inserção de uma educação de qualidade. “O TJC já atua em municípios como Itapetinga, mas a OIT identificou índices preocupantes na região do semiárido baiano. Por isso, inicialmente, as ações em parceria vão estar direcionadas para aquela região”, disse Rosemeire.

Um dos representantes da OIT no Brasil, Renato Mendes, coordenador do Ipec (sigla em inglês para Programa Internacional de Combate ao Trabalho Infantil), destacou a importância da parceria com a Amatra 5. “Identificamos 15 mil crianças em situação de risco no semiárido. Entendemos que a participação do Judiciário em ações de disseminação de informações de Direito para essas comunidades é fundamental para avançarmos no combate ao trabalho infantil”, afirmou Renato.

Entre as ações discutidas, está a questão da universalização do ensino, ponto defendido pela OIT e entidades integrantes do sistema ONU, como a Unesco e a Unicef. Aliado a essa questão, está a busca pela melhoria da qualidade da educação. De acordo com a juíza Rosemeire, o objetivo é tornar a escola mais atrativa para os jovens, de forma que eles se qualifiquem para o mercado, afastando-os do trabalho infantil. “O TJC tem contribuído para isso e a OIT já reconhece esse esforço, tanto que foi firmado, em 2010, um protocolo para projetos entre a OIT e a Amatra”, destacou a juíza.

Diante disso, o TJC estará presente em Genebra, na Suíça, durante a 100ª Conferência da OIT, que será realizada em junho deste ano. Renato Mendes falou da importância de se manter o diálogo para o avanço das ações para a melhoria da educação. “Se consideramos estudar a possibilidade de as escolas públicas oferecerem educação em tempo integral, mantendo a criança mais tempo no colégio, e evitando, assim, a proliferação do trabalho infantil, o TJC pode ser um desbravador nessa questão”, apontou.

A Bahia é uma das cinco regiões que aplica o programa em dois municípios diferentes. Além de Itapetinga, Salvador recebe ações do TJC. Na Bahia, o destaque está também no apoio a iniciativas em estágio inicial, desenvolvidas nos Estados de Sergipe e Ceará.

## ❖ Momento histórico

A presidente da Amatra 5, juíza Viviane Leite, também prestigiou a reunião com a OIT. Na ocasião, destacou a importância desse primeiro encontro regional para traçar estratégias de implantação do TJC no semiárido, dentro do foco no combate ao trabalho infantil. “A visita dos representantes da OIT mostra o prestígio do nosso trabalho, personificada pela atuação de todos, ao longo de nossa trajetória. É um momento histórico para a nossa Amatra e para o desenvolvimento do TJC”, afirmou. A desembargadora Nélia de Oliveira participou da reunião, representando a presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Ana Lúcia Bezerra Silva. Repassando a mensagem da presidente, Nélia destacou que o Tribunal está à disposição para contribuir, no que for necessário, para o desenvolvimento das ações. Participaram, também, da reunião Maria Claudia Falcão, que integra a equipe do Ipec no Brasil, Paula Fonseca, representante da OIT na Bahia, a juíza Ana Claudia Scavuzzi, diretora de Prerrogativas da Amatra, o juiz Gilber Lima, vice-presidente da Amatra 5, e as juízas Dorotéia Azevedo e Renata Gaudenzi.



# Muitos processos e com alto grau de complexidade

*Juízes das quatro Varas do Trabalho sediadas em Camaçari destacam volume e complexidade de processos devido à presença de grandes indústrias e da cadeia de hotéis na região*

A pujança econômica do município de Camaçari, a 42 km de Salvador, deve-se, em grande parte, à presença do Polo Industrial instalado na região em 1978. Trata-se do primeiro complexo industrial planejado do País, com diversas empresas dos setores químico, petroquímico, automotivo, metalúrgico, entre outros.

Em contrapartida, Camaçari é uma cidade presenteada com belíssimas praias, tanto em seu próprio litoral, quanto nas suas proximidades, na extensão da Linha Verde, que preserva remanescentes de Mata Atlântica. Com ambien-

*“São muitos processos relacionados a acidentes de trabalho. Esses processos são mais volumosos e exigem um aprofundamento maior por parte do magistrado”*

tes paradisíacos, essas praias atraíram grandes complexos hoteleiros, em sua maioria, multinacionais, que incrementaram a economia local.

A Jurisdição das quatro Varas do Trabalho sediadas em Camaçari atende, além do próprio município, as cidades de Dias D’Ávila e Mata de São João. É consenso entre juízes titulares e auxiliares que os processos são complexos. O juiz titular da 2ª Vara, George Santos Almeida, aponta que o Polo de Camaçari contribui para o elevado número de demandas trabalhistas. “Além das indústrias, que geram empre-

gos, existem inúmeras empresas que terceirizam serviços, ampliando a quantidade de trabalhadores”, destaca.

Mas ele garante que o Polo não é o único responsável pelo elevado número de processos nas Varas de Camaçari. “A hotelaria presente no Litoral Norte, desde Arembepé, Costa do Sauípe até Imbassai, também contribui para o volume de demandas trabalhistas”, diz o magistrado. De acordo com ele, além disso, há ainda um bom número de causas envolvendo comerciantes, bancários e outras relações de trabalho. “O município de Camaçari abre muitas portas de ❖

❖ Fórum Camaçari



❖ Giselli Gordiano



❖ George Santos Almeida



❖ Marco Valverde



❖ Luciano Martinez



❖ emprego na Região Metropolitana e, com elas, a possibilidade de muitas demandas trabalhistas relacionadas a diversas áreas profissionais”, conclui.

Concordando com o juiz George, Marco Valverde, titular da 4ª Vara e atual diretor do Fórum, destaca o fato de Camaçari ser uma cidade industrial, o que influencia na complexidade dos processos. “São muitos processos relacionados a acidentes de trabalho. Esses processos são mais volumosos e exigem um aprofundamento maior por parte do magistrado”, aponta.

Já Luciano Martinez, juiz titular da 3ª Vara, destaca que essa complexidade, além da questão envolvendo a presença de grandes indústrias e um número significativo de processos relativos a acidentes no trabalho, é determinada também pelas fortes atuações dos sindicatos no município. “Temos um número de processos maior do que em Salvador, isso sem considerar as Cartas Precatórias”, diz. Segundo dados do TRT da 5ª Região (Tribunal Regional do Trabalho), Camaçari, nos últimos dois anos, teve um volume de processo, por Vara, maior do que Salvador. Na

2ª Vara, por exemplo, em 2009, foram 1.531 processos na Jurisdição de Camaçari, enquanto em Salvador foram 1.265 processos, excluindo as Cartas Precatórias. Já em 2010, na mesma 2ª Vara, foram 1.310 processos em Camaçari e 1.148 em Salvador. Em números gerais, em 2010, a Jurisdição de Camaçari teve cerca de 400 processos a mais do que a capital. A juíza titular da 1ª Vara, Giselli Gordiano, detalha que, para cada Vara do Trabalho de Camaçari, foram distribuídas, em média, 1.330 ações no ano de 2010, número superior ao da capital do Estado. “Na verdade, Camaçari, além de receber, por juízo, maior número de processos que Salvador, tem demandas com grau de complexidade e com diversidade de matéria comparável às dela, situação agravada pelo fato de possuir índice de conciliação inferior”.

A juíza auxiliar da 3ª Vara, Clarissa Mota, destaca também que uma das dificuldades está na questão da conciliação. “As grandes empresas optam por não fazer acordo. Preferem encaminhar o processo até o fim. Acredito que Camaçari seja uma das cidades com menor índice de acordo trabalhista do Estado”, afirma. Outra dificuldade está na questão estrutural do Fórum. Os juízes afirmam que, fisicamente, o espaço não está comportando a grande demanda de processos. Para o juiz auxiliar da 4ª Vara, José Arnaldo Oliveira, Camaçari já teria a necessidade de comportar uma 5ª Vara do Trabalho. “A falta de uma estrutura física que seja compatível com a nossa demanda, obviamente, dificulta os nossos trabalhos”, aponta o juiz. A juíza Karine Brito, auxiliar da 2ª Vara, conta que estão sendo realizadas obras no Fórum para melhorar a acessibilidade. “Hoje, uma pessoa em uma cadeira de rodas não poderia ter acesso às Varas dos andares superiores. Além disso, nossa estrutura física ainda é muito precária, diante da grande demanda e da complexidade dos processos que atendemos na região”, afirma.

Mesmo assim, é evidente o prazer dos Magistrados de Camaçari em atender à região. “Trata-se de uma Jurisdição muito interessante. De um lado, temos o complexo industrial e, de outro, temos as grandes redes hoteleiras ao longo do litoral. Ambos geram muitos empregos na região, o que, conseqüentemente, soma a demanda de processos trabalhistas”, comenta o juiz Luciano Martinez.

“Temos um número de processos maior do que em Salvador, isso sem considerar as Cartas Precatórias”



❖ Clarissa Mota



❖ Karine Brito



❖ José Arnaldo



❖ Mariana Kertzman

# O Magistrado responde:

*Qual a principal dificuldade encontrada na Jurisdição?*

## ❖ **Giselli Gordiano**, titular da 1ª Vara

“Nossa principal dificuldade são as instalações físicas da Justiça. Apesar de ter sido construído na década de 90, o prédio onde estão instaladas as Varas não mais comporta a quantidade de processos que lá tramitam, nem de pessoas que circulam nas suas dependências”.

## ❖ **George Santos Almeida**, titular da 2ª Vara

“Uma das dificuldades é a alta rotatividade de servidores, especialmente dos mais novos. Quando preparamos o servidor novo para o desempenho de suas tarefas na Secretaria, ele pede remoção para a Capital! Isso dificulta a rotina dos processos de trabalho na equipe. Uma segunda dificuldade reside na complexidade de grande parte das causas enfrentadas. Essa complexidade reclama tempo do julgador, com longas audiências e inúmeros atos processuais que tornam cansativa a nossa rotina. Camaçari deveria ter pelo menos mais duas Varas. Por fim, as nossas instalações são ruins e não oferecem condições de funcionamento a contento. Precisamos urgentemente de um prédio adequado para funcionamento das Varas em Camaçari! Temos tratado do assunto com a Presidência do TRT, mas ainda não há sinais de que as instalações que almejamos sejam providenciadas em curto tempo”.

## ❖ **Karine Brito**, auxiliar da 2ª Vara

“Acho que a nossa principal dificuldade está na questão de estrutura física. Estão sendo feitas obras no Fórum para melhorar a acessibilidade, pois, atualmente, uma pessoa numa cadeira de rodas não poderia ir até as Varas dos andares superiores. Mesmo assim, o pouco espaço que temos é uma dificuldade para o desenvolvimento do nosso trabalho. Aliado a isso, temos a questão da complexidade dos processos, muitos dos quais exigem a realização de perícias, o que demanda ainda mais tempo para se anunciar a sentença”.

## ❖ **Luciano Martinez**, titular da 3ª Vara

“Camaçari é uma cidade que se encontra em um meio termo. Não é próxima o suficiente para ser considerada capital, nem distante o suficiente para ser considerada interior. Então, em termos administrativos, passamos por algumas dificuldades, principalmente no que diz respeito às instalações do Fórum. Atendemos enormes demandas oriunda do Polo, do Litoral Norte, envolvendo ainda os municípios de Dias D’Ávila e Mata de São João, mas já não temos um espaço que comporte essa demanda”.

## ❖ **Clarissa Mota**, auxiliar da 3ª Vara

“Na nossa região, o número de acordos é muito baixo, apesar das campanhas realizadas por parte do Conselho Nacional de Justiça, fomentando a conciliação entre as partes. Mas, por se tratarem de grandes empresas envolvidas nas ações, elas, raramente, aceitam fechar qualquer tipo de acordo. Isso dificulta o término dos processos em um tempo menor”.

## ❖ **Marco Valverde**, titular da 4ª Vara

“A complexidade dos processos já é uma dificuldade, pois, além de volumosos, eles são diferenciados. Dessa forma, o tempo para avaliá-los torna-se maior. Além disso, temos a questão da falta de espaço. Precisamos ter melhores condições de trabalho, falando no aspecto estrutural, de forma que o Fórum tenha capacidade para comportar a enorme demanda que recebemos”.

## ❖ **José Arnaldo Oliveira**, auxiliar da 4ª Vara

“A dificuldade está no número elevado de ações e no baixo número de conciliações. O espaço do Fórum de Camaçari não comporta mais a demanda da região. Creio que já caberia a implantação de uma 5ª Vara. Fora isso, é preciso que tenhamos uma estrutura física mais adequada para o trabalho”.

**DISTÂNCIA DA CAPITAL: 42 Km**

**População: 242.984 (dados do IBGE de 2010)**

### ❖ **1ª Vara**

Titular – **Giselli Gordiano**

Auxiliar – **Mariana Dourado Wanderley Kertzman**

### ❖ **2ª Vara**

Titular – **George Santos Almeida**

Auxiliar – **Karine Brito**

### ❖ **3ª Vara**

Titular – **Luciano Dórea Martinez Carreiro**

Auxiliar – **Clarissa Mota Carvalho Oliveira**

### ❖ **4ª Vara**

Titular – **Marco Antônio de Carvalho Valverde Filho**

Auxiliar – **José Arnaldo de Oliveira**

Municípios atendidos pela Jurisdição: **Camaçari,**

**Dias D’Ávila e Mata de São João.**





## O que é mais marcante na magistratura de Camaçari?

### ❖ **Giselli Gordiano**, titular da 1ª Vara

“Em razão do Polo Petroquímico, predominam as demandas de natureza industrial, com alto índice de processos envolvendo acidentes de trabalho, principalmente de doenças ocupacionais nas empresas lá instaladas. Não podemos esquecer, contudo, que em seu litoral, bem como no de Mata de São de João, estão localizados vários complexos hoteleiros, que também são responsáveis por inúmeras reclamações trabalhistas, o que torna bastante diversificada a natureza dos nossos processos laborais”.

### ❖ **George Santos Almeida**, titular da 2ª Vara

“O que marca positivamente nossa atividade em Camaçari, seguramente, é o ambiente harmonioso da equipe na 2ª Vara, desde a sintonia entre os servidores, bem integrados e comprometidos, até a parceria dos colegas com os quais tive a satisfação de trabalhar e ainda trabalho, ambiente esse que abrange a convivência muito cordial e respeitosa com os juízes das demais Varas e, também, com os advogados. Sem essa ambiência que envolve nossa atividade, certamente o nosso trabalho não seria prazeroso, até porque temos trabalho de sobra”.

### ❖ **Karine Brito**, auxiliar da 2ª Vara

“A Magistratura de Camaçari destaca-se pelo grande número de processos relativos à acidente do trabalho e doença ocupacional, em sua maioria, oriundos do Polo Industrial. A atividade sindical também é muito forte na região e eles são muito presentes nas questões relacionados ao Direito do Trabalho. Além disso, nossa Magistratura caracteriza-se pelo número baixo de acordos por parte das grandes empresas”.

### ❖ **Luciano Martinez**, titular da 3ª Vara

“No âmbito dos processos, creio que o mais marcante na Jurisdição de Camaçari seja a complexidade das matérias, por envolver uma série de questões voltadas à acidente de trabalho, além da atuação forte dos sindicatos. O Polo Industrial e os complexos hoteleiros do Litoral Norte, ao mesmo tempo que geram muitos empregos, são também os principais geradores de demandas para a Justiça do Trabalho de Camaçari”.

### ❖ **Clarissa Mota**, auxiliar da 3ª Vara

“Trata-se de uma Jurisdição com volume de trabalho grande, com uma quantidade de processos que chega a ser maior do que Salvador. É marcada pela presença de grandes indústrias, o que atrai uma quantidade significativa de empresas fornecedoras. Assim, temos muitos processos relacionados à acidentes no trabalho e doença ocupacional, para citar alguns exemplos”.

### ❖ **Marco Valverde**, titular da 4ª Vara

“Camaçari é uma cidade industrial e a maior parte dos processos é oriunda do Polo. Os processos são caracterizados pela complexidade. Creio que sejam mais complexos do que em outras cidades, por conta do volume da matéria. Isso exige um aprofundamento maior por parte do Magistrado, o que, por consequência, alonga o período do processo”.

### ❖ **José Arnaldo Oliveira**, auxiliar da 4ª Vara

“Além do volume alto de ações, temos uma demanda forte por conta do Polo. São ações muito complexas e a conciliação, geralmente, não é uma opção das grandes empresas. Para fazer um comparativo, quando eu atuava na Vara de Ipiaú, eu julgava até 15 processos em um dia. Já em Camaçari são um ou dois processos por dia. Isso evidencia a característica dos processos em nossa Jurisdição”.



❖ Gorgônio José



Foto: Carlos Baumgarten

# “O juiz precisa estar sempre buscando **novos conhecimentos**”

**É** com um brilho nos olhos que o juiz aposentado Gorgônio José de Araújo Neto, 72, relembra a sua trajetória enquanto Magistrado. Atuando hoje como professor universitário, Gorgônio exerceu diversas funções, desde a advocacia até a política partidária, antes de seguir a carreira com a qual realmente se identifica. O juiz foi aprovado no concurso de 1993 para o Estado de Pernambuco, sendo transferido para a Bahia pouco tempo depois. Passou pelas Varas de Bom Jesus da Lapa, Irecê, Itabuna e Candeias. Foram 15 anos dedicados à Magistratura. Casado há 50 anos, pai de três filhos e avô de sete netos, o juiz Gorgônio afirma que sente falta da atividade de Magistrado, por acreditar na nobreza do exercício, sendo uma forma de contribuir para a justiça social. Sua influência continua na família. Uma neta do juiz é estudante de Direito e parece caminhar com os mesmos passos do avô. Gorgônio concedeu esta entrevista ao Informativo da Amatra 5, na qual fala sobre sua carreira e seu atual momento.

**AMATRA 5 – Desde que o senhor se aposentou, o que é que faz mais falta?**

GORGÔNIO – A atividade de Magistrado era compatível com a minha estrutura ideológica. Eu sabia que estava contribuindo para a justiça social. Então, era algo que fazia como extremo prazer. Eu sinto falta do convívio com as partes. Participar de uma audiência era uma satisfação muito grande para mim. Sempre busquei o melhor caminho, de forma que evitava surpreender qualquer um dos lados, seja o reclamante, seja o reclamado. Trabalhava focado no objetivo de encaminhar para uma melhor conciliação, sempre de forma transparente.

**AMATRA 5 – Existe uma diferença marcante entre os Magistrados de hoje e os Magistrados de outras épocas?**

GORGÔNIO – Não entre os Magistrados, mas há uma diferença significativa no Judiciário, a começar pela própria Constituição de 1988, com importantes mudanças. Houve uma ampliação da atuação da Justiça, o que tornou mais ágil alguns serviços. O importante é que o juiz tenha a consciência de que, quando ele toma uma decisão, essa decisão não é individual, mas sim de todo o Judiciário. Portanto, para um juiz ser completo, é preciso estar sempre se atualizando e buscando novos conhecimentos.

**AMATRA 5 – Quais eram as expectativas do senhor para a aposentadoria?**

GORGÔNIO – Uma das minhas preocupações era não perder a motivação de continuar buscando conhecimento. Por isso, resolvi ensinar e passar a minha experiência para as novas gerações. Aposentado,

pude dedicar mais tempo aos estudos e cursei uma especialização para aprofundar os meus conhecimentos. Portanto, atuando em sala de aula, posso me manter atualizado e motivado, podendo preparar os jovens para o exercício da profissão.

**AMATRA 5 – Na opinião do senhor, qual a importância da Amatra no sentido de promover essa integração entre Magistrados aposentados e ativos?**

GORGÔNIO – Inicialmente, é preciso registrar que a Amatra, em âmbito local, e a Anamatra, em âmbito nacional, possuem um importante papel enquanto associação de classe. É importante que o juiz seja isento nas questões de interesse da categoria de Magistrados. Nesse sentido a Amatra e a Anamatra representam, de forma competente, a nossa classe, estando à frente na luta por melhores condições de trabalho para os juízes. Além disso, é sempre gratificante poder rever colegas com os quais pude conviver e que admiro muito.

“Atuando em sala de aula, posso me manter atualizado e motivado”





❖ Claudio Mascarenhas Brandão



## Desembargador diz que o poder do Magistrado deve ser destinado ao cidadão

**S**ão 30 anos dedicados à Justiça do Trabalho, sendo 24 destes ligados à Magistratura. É com essa vasta experiência que o Desembargador Federal do Trabalho, Claudio Mascarenhas Brandão, 50, atua no nobre exercício de servir à causa da Justiça. Casado e pai de dois filhos, Claudio conta que a atuação como Magistrado exige um sacrifício muito grande, já que nem sempre o cenário é favorável. Nesta entrevista concedida ao Informativo da Amatra 5, o Desembargador fala sobre o exercício da Magistratura, além de expor sua opinião sobre o trabalho realizado pela Amatra.

**AMATRA 5 – Na opinião do senhor, qual deve ser a principal motivação de um Magistrado?**

CLAUDIO – A Magistratura é uma profissão que dignifica bastante a pessoa. Exige uma enorme dedicação para julgar conflitos. Então, a principal motivação é servir à causa da Justiça, já que a atividade exige grandes sacrifícios. A sociedade cobra muito do juiz e é preciso saber que o cenário nem sempre é favorável, em termos de condições de trabalho ou volume de processos.

**AMATRA 5 – Particularmente, o que levou o senhor a abraçar a Magistratura?**

CLAUDIO – Eu já era servidor da Justiça. Então, a convivência com essa realidade e com juizes que são referências me permitiu conhecer essa área de atuação. Essa convivência me inspirou a seguir carreira de Magistrado.

**AMATRA 5 – O que é necessário para se tornar um bom Magistrado?**

CLAUDIO – Estudar muito e dedicar-se à profissão. Esses são pontos fundamentais para seguir uma carreira sólida na

Magistratura. Além disso, é preciso agir com bastante humildade e entender que o poder que o Magistrado possui deve ser destinado ao cidadão. A busca por conhecimento deve ser algo contínuo, tanto em benefício profissional, quanto para a sociedade.

**AMATRA 5 – Para o senhor, qual a importância do intercâmbio de informações entre Brasil e Portugal, com a realização do Congresso da Anamatra em Lisboa?**

CLAUDIO – Acredito que essa troca de experiências é de fundamental importância, pois possibilita o contato dos Magistrados brasileiros com outras realidades, outros sistemas jurídicos. No caso específico de Portugal, a troca de experiências junto à “pátria mãe” é um oportunidade de aprofundarmos os conhecimentos sobre o sistema europeu, uma experiência nova para o Brasil. Então, Congressos como esse devem sempre acontecer.

**AMATRA 5 – Qual o balanço que o senhor faz das ações da Amatra 5 e quais as expectativas para os próximos anos?**

CLAUDIO – A gestão atual teve um desempenho muito positivo, em todos os aspectos. Consolidou a Amatra 5 como parceira do TRT, mas manteve a independência natural da associação. Além disso, participou ativamente dos debates nacionais junto à Anamatra, mas sem deixar de observar as realidades locais. Por fim, teve uma atuação forte, também, nos debates internos. E a expectativa para a próxima gestão é igualmente positiva, pois a linha sucessória possui pessoas afinadas com os mesmos propósitos e objetivos atuais.

A gestão atual teve um desempenho muito positivo, em todos os aspectos.

Consolidou a Amatra 5 como parceira do TRT, mas manteve a independência natural da associação.





### Juízes baianos reciclam conhecimentos em Portugal

Juízes da Amatra5 participaram, entre os dias 14 e 18 de março, em Lisboa, Portugal, do 6º Congresso Internacional da Anamatra – Portugal 2011. Cerca de 120 magistrados brasileiros participam do evento, que reuniu juristas brasileiros, franceses, espanhóis e portugueses, além de autoridades de Brasil e de Portugal. Da Amatra5 participaram os seguintes representantes: a presidente, Viviane Leite, os juízes Ana Claudia Scavuzzi, Ana Cecília Amoedo, Alderson Ribeiro, Gilber Lima, Maria Lita Braidy, Rosemeire Fernandes, Soraya Gesteira e Vânia Chaves. Na abertura do evento, ocorrida no auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, falou dos 500 anos de História que aproximam os dois países e dos inúmeros acontecimentos que relacionam Brasil e Portugal. O juiz desembargador Antônio Francisco Martins, presidente da Associação Sindical de Juízes Portugueses, falou da satisfação dos magistrados portugueses em partilhar as experiências e dificuldades entre os dois países “onde os direitos trabalhistas são cada vez mais ameaçados. Para o magistrado, a experiência denota também “a importância da solidariedade e do associativismo para uma sociedade democrática”.

### Pesquisa vai contribuir para melhorar condições de trabalho dos magistrados

Os associados da Amatra 5 devem responder a uma pesquisa sobre a saúde da magistratura, que resultará em um diagnóstico da saúde e das condições do exercício profissional dos magistrados da Justiça do Trabalho. A pesquisa foi elaborada pela Associação em parceria com a Fundação de Desenvolvimento e da Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais. A iniciativa tem por objetivo proporcionar melhores condições de trabalho, avaliando diversos aspectos que podem prejudicar a saúde do magistrado.

### Magistrado lança livro e homenageia presidente do TRT5



O juiz Rodolfo Pamplona foi escolhido para homenagear a presidente do TRT5, a desembargadora Ana Lúcia Bezerra Silva, pelo Mês da Mulher. A cerimônia ocorreu no dia 23 de março, na sede do Tribunal de Justiça da Bahia, durante o lançamento do livro Novo Curso de Direito Civil - Direito de Família, escrito pelos magistrados Rodolfo Pamplona e Pablo Stolze Gagliano. Durante o lançamento do livro os autores realizaram uma conferência sobre o tema: “O Afeto na Modernidade e a Reconstrução Legal do Direito da Família”.



As informações divulgadas neste informativo podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores e não expressam, necessariamente, a opinião da Amatra5 e do conjunto de seus associados.

O Informativo Amatra5 é uma publicação trimestral da Associação dos Magistrados do Trabalho da 5ª Região - Amatra5 • DIRETORIA - Presidente: VIVIANE MARIA LEITE DE FARIA; Vice-presidente: GILBER SANTOS LIMA; Secretária: LÍGIA MELLO DE L. ARAÚJO SANTOS; Tesoureiro: NORBERTO FRERICHES; Diretora Cultural: ANDRÉA PRESAS ROCHA; Diretora Social: ALICE MARIA SANTOS BRAGA; Diretora de Prerrogativas: ANA CLÁUDIA SCAVUZZI M. BAPTISTA; Diretor de Comunicação e Informática: IVO DANIEL PÓVOAS DE SOUZA; Diretora de Aposentados e Pensionistas: LEILA VITA DO EIRADO SILVA - CONSELHO FISCAL - Titulares: AGENOR CALAZANS SILVA FILHO, ANGÉLICA DE MELLO FERREIRA e GISELLI GORDIANO; Suplentes: JOSÉ ARNALDO DE OLIVEIRA, JOSÉ PINHEIRO GUIMARÃES e REBECA AGUIAR PIRES - CONSELHO DE ÉTICA - Titulares: DALILA NASCIMENTO ANDRADE, RUBEM DIAS DO NASCIMENTO JÚNIOR e JUAREZ DOURADO WANDERLEY; Suplentes: YARA RIBEIRO DIAS TRINDADE, ALDERSON ADÃES MOTA RIBEIRO e PAULO VIANA DE ALBUQUERQUE JUCÁ. Reportagens: Carlos Baungartem; Edição: Adelfo Borges e Assessora de Comunicação: Ana Marta Garcia; Projeto e Editoração Gráfica: Autor Visual Design Gráfico; Fotos: Amatra5; Tiragem: 500 exemplares.

Endereço para correspondência: AMATRAS - Rua Miguel Calmon, nº 285, Ed. Góes Calmon, 11º andar, Comércio - CEP 40.015-901; Salvador - Bahia - Tel.: (71) 3326-4878 / 3284-6970 - Fax: (71) 3242-0573; e-mail: secretaria@amatra5.org.br - site: www.amatra5.org.br

EXPEDIENTE